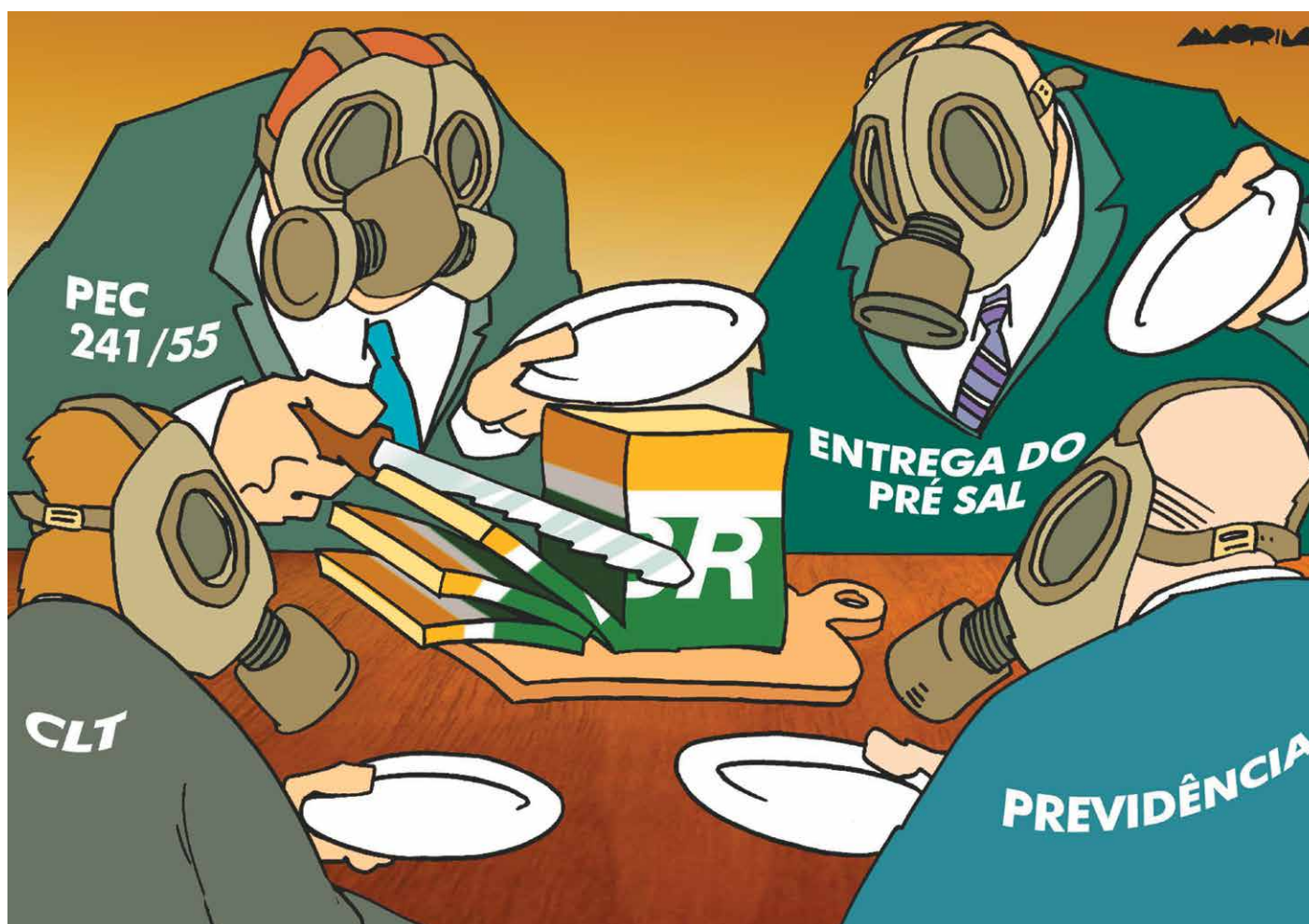


## 2016: O ANO QUE PODE DURAR 20 ANOS



*2016, ano que marca os 55 anos de existência da AEPET, vai entrar para a História como um dos mais nefastos para o Brasil: aviltou-se a democracia, a sociedade dominada pelo sentimento do ódio e do justiciamento, com depressão econômica, ataque direto a conquistas sociais e direitos trabalhistas e adoção sem limites do receituário neoliberal, destruindo as chances da consolidação do país como um país desenvolvido e soberano. Página 2*

### Quando números contam apenas parte da verdade

Desde o início da operação Lava Jato, em 2014, os balanços contábeis da Petrobrás têm sido utilizados para reforçar na opinião pública a ideia de que a empresa está “quebrada”, justificando assim a necessidade da venda de ativos e a abertura do pré-sal aos concorrentes. Entretanto uma análise mais criteriosa demonstra a solidez da Petrobrás e sua capacidade de recuperação. **Página 3**

### Desintegração a toque de caixa

*A atual diretoria da Petrobrás vem acelerando radicalmente o plano de venda de ativos (desinvestimentos), iniciado na gestão anterior e ratificado no Plano de Negócios e Gestão da Petróleo Brasileiro S.A. (PNG 2017-2021). O plano prevê a venda de ativos no montante de US\$ 19 bilhões, em um momento em que estão muito desvalorizados. Páginas 4 e 5*

### Petróleo, recurso estratégico em disputa

Nos dias 10 e 11 de novembro, o Clube de Engenharia (Rio) promoveu o seminário “O petróleo, o Pré-Sal e a Petrobras”, que reuniu especialistas do setor e um público engajado na defesa do uso das riquezas naturais do Brasil em proveito do desenvolvimento socioeconômico do país. **Página 6**

## Editorial

2016, ano que marca os 55 anos de existência da AEPET, vai entrar para a História como um dos mais nefastos para o Brasil: aviltou-se a democracia, a sociedade dominada pelo sentimento do ódio e do justiciamento, com depressão econômica, ataque direto a conquistas sociais e direitos trabalhistas e adoção sem limites do receituário neoliberal, destruindo as chances da consolidação do país como um país desenvolvido e soberano.

A Petrobrás – que poderia ser a locomotiva nessa estrada do desenvolvimento e da justiça social – está sendo fatiada e distanciado-se do objetivo de constituir-se numa empresa integrada de energia. Tiraram da Petrobrás o estratégico papel de operadora única do pré-sal, entregando a grande descoberta mineral do século XXI à ganância irrefreável das grandes petroleiras internacionais.

Para enfrentar o que vem pela frente torna-se fundamental a união de todos aqueles que ainda acreditam na viabilidade do Brasil tornar-se uma Nação socialmente justa, desenvolvida e soberana. A AEPET seguirá com sua missão em defesa do Brasil, da Petrobrás e seu corpo técnico.



# Dois novos livros de José Augusto Ribeiro

Premiado com o segundo lugar no Jabuti 2016 com uma biografia de Tancredo Neves, o jornalista e escritor José Augusto Ribeiro traz dois novos livros ao mercado: **'Getúlio Vargas, a Saga da Petrobras'** e **'Getúlio Vargas, a Morte com um Sorriso'**. Ambos saem pela Amazon Books, em versão digital.

Com uma trajetória marcante no jornalismo brasileiro, José Augusto Ribeiro foi editor internacional dos jornais Diário Carioca, Jornal do Brasil e Última Hora. Trabalhou como editor-chefe e colunista político em *O Globo*; foi entrevistador e comentarista político da TV Globo. Na TV Bandeirantes, atuou como comentarista

político, entrevistador, apresentador, chefe de redação e diretor de jornalismo no Rio. Foi assessor de imprensa de Tancredo Neves e de Leonel Brizola. Autor de seis livros, ele ganhou o segundo lugar do Prêmio Jabuti 2016, na categoria Biografia, com o livro *'Tancredo Neves: a Noite do Destino'*, pela Civilização Brasileira.

### 'Getúlio Vargas, a saga da Petrobras'

Até a Revolução de 1930, que levou Vargas ao poder, os governos estaduais, sem qualquer intervenção governo federal, detinham a prerrogativa de decretar a concessão de áreas de pesquisa e exploração de petróleo a qualquer empresa privada, mesmo estrangeira. O petróleo já provocara guerras, intervenções militares, golpes de Estado e outros conflitos em muitos países, inclusive na América Latina. Apesar disso, o Brasil vivia, sobretudo na década de 1920, uma verdadeira farra de concessões petrolíferas.

Em 1931, ao assumir o poder, o Presidente Getúlio Vargas tomou várias decisões em defesa do petróleo brasileiro: a exigência da autorização prévia do governo federal para novas concessões, a separação da propriedade do solo da propriedade dos recursos do subsolo, a anulação de todas as concessões outorgadas, entre outras. Em 1945, assim que Vargas foi deposto, o primeiro ato do governo provisório foi abrir ao capital estrangeiro à indústria do refino do petróleo. Em seguida, o governo definitivo, revogou as normas nacionalistas, possi-

bilitando a entrega do petróleo brasileiro às multinacionais.

De volta ao governo, Getúlio propôs a criação da Petrobras, aprovada em 1953. Nesse momento a questão do petróleo era dominante no plano internacional e logo seria deflagrada no país uma forte crise política, em agosto de 1954, provocando a derrubada do seu segundo governo. O pretexto era um atentado contra o jornalista Carlos Lacerda, o mais perigoso opositor de Vargas, mas as verdadeiras razões eram as medidas tomadas por Vargas, como a criação da Petrobras. O então Ministro da Justiça, Tancredo Neves, vaticinou: "O Presidente morre mas não desiste da Petrobras". Com o suicídio, Getúlio Vargas garantiu a sobrevivência da Petrobras, na qual seus sucessores sabiam que não deviam mexer, inclusive os que ocuparam o poder pela força em vinte anos de governo militar.

O livro *'Getúlio Vargas, a Saga da Petrobras'* concentra num só volume e no mesmo contexto episódios que aparecem também, intercalados entre muitos outros, nos três volumes de *'A Era Vargas'*, do mesmo autor.

### 'Getúlio Vargas, a morte com um sorriso'

Nos dias mais dramáticos da crise político-militar que levaria Getúlio Vargas ao suicídio, na manhã de 24 de agosto de 1954, um fato poderia ter mudado a História do país: a proposta que Assis Chateaubriand, o então Rei da Mídia no Brasil, levou ao presidente. Dono das duas únicas TVs existentes no país e das mais poderosas rádios e dos mais influentes jornais de todos os estados, Chateaubriand, propunha parar com a violenta campanha que desencadeara em todos esses veículos, exigindo a renúncia ou a deposição de Vargas. Ele tiraria de suas televisões o jornalista Carlos Lacerda, o mais talentoso e demolidor dos inimigos do Presidente, que aparecia toda noite, falando por longo tempo e pregando abertamente o golpe para a derrubada do governo. E entregaria essas televisões a quem o Presidente indicasse, para fazer sua defesa. Bastava o Presidente desistir da Petrobras, por ele criada no ano anterior.

*'Getúlio Vargas, a Morte com um Sorriso'* faz uma reconstituição do dia a dia da crise de agosto de 1954, que começa pela revelação de que o próprio Presidente Vargas tinha certeza de que tentariam depô-lo naqueles dias, assim como tinham derrubado seu primeiro governo, em 1945. Ele estava com a cabeça a prêmio porque desafiara grandes interesses, sobretudo estrangeiros. O livro é uma reedição revisada e ampliada do terceiro volume da edição em papel *'A Era Vargas'*, editado em 2001, pela Casa Jorge Editorial, hoje fora de catálogo.





# Quando números contam apenas parte da verdade

Desde o início da operação Lava Jato, em 2014, os balanços contábeis da Petrobrás têm sido utilizados para reforçar na opinião pública a ideia de que a empresa está “quebrada”, justificando assim a necessidade da venda de ativos e a abertura do pré-sal aos concorrentes. Entretanto uma análise mais criteriosa demonstra a solidez da Petrobrás e sua capacidade de recuperação.

O presidente da AEPET, Felipe Coutinho, afirma que a Petrobrás não precisa vender ativos para reduzir seu endividamento.

“Ao contrário, na medida em que vende ativos, a Petrobrás reduz sua capacidade de pagamento da dívida no médio prazo e desestrutura sua cadeia produtiva, em prejuízo à geração futura de caixa, além de assumir riscos empresariais desnecessários”, afirma Coutinho.

Tendo com base o balanço relativo ao terceiro trimestre de 2016, o consultor legislativo da Câmara dos Deputados Paulo César Lima demonstra que, no período, houve uma apreciação do câmbio médio de 7%. Em relação aos nove primeiros meses do ano, o Brent Médio passou de US\$ 55,39 (2015) para US\$ 41,77 (2016). Entre esses períodos, o fluxo de caixa livre aumentou 256%, de R\$ 8,3 para R\$ 29,6 bilhões; os investimentos caíram 31%. O fluxo de caixa livre foi positivo pelo sexto trimestre consecutivo. A geração de caixa operacional aumentou de R\$ 21,9



bilhões, no 2º semestre de 2015, para R\$ 26,7 bilhões, no 3º trimestre de 2016. Em relação ao trimestre anterior, a razão entre a dívida líquida e o EBITDA (ganhos antes de juros, impostos, depreciação e amortização) reduziu-se de 4,5 para 4,1.

Em razão do seu excelente desempenho, o lucro ou resultado bruto da Petrobras foi de R\$ 23,3 bilhões no 3º trimestre de 2016. Apesar desse excelente lucro ou resultado bruto, o resultado líquido no 3º trimestre foi um prejuízo de R\$ 16,5 bilhões. Os principais fatores, para a transformação do lucro em prejuízo foram:

- ↳ perdas no valor de recuperação de ativos (*impairment*): R\$ 15,7 bilhões;
- ↳ Petrobras Argentina (PESA): reconhecimento de perda de R\$ 3,6 bilhões oriunda da de-

preciação cambial do peso argentino frente ao dólar;

- ↳ Programa de incentivo ao desligamento voluntário (PIDV): R\$ 2,472 bilhões;
- ↳ perdas com fornecedores: R\$ 1,128 bilhão;
- ↳ ações individuais em Nova Iorque: R\$ 1,2 bilhão.

Esses fatores, geralmente não recorrentes, representaram um resultado negativo de R\$ 24,1 bilhões. Houve, ainda, uma depreciação do dólar frente ao euro e menor apreciação do dólar frente à libra. Principalmente por questões cambiais, houve um resultado financeiro negativo de R\$ 7,1 bilhões.

O item que mais contribuiu para o mal resultado financeiro da Petrobras foi, novamente, o de perdas no valor de recuperação de ativos:



- ↳ campos de produção de óleo e gás no Brasil: R\$ 5,6 bilhões;
- ↳ equipamentos vinculados à atividade de produção de óleo e gás (P-71, P-72 e P-73): R\$ 2,8 bilhões;
- ↳ 2º trem de refinaria Abreu e Lima (postergado para 2023 e câmbio): R\$ 2,5 bilhões;
- ↳ Complexo Petroquímico Suape: R\$ 2 bilhões.

Em suma, um grande lucro transformou-se, novamente, em grande prejuízo. Essa tem sido a prática recorrente da Petrobrás ao longo dos últimos períodos.

Segundo Paulo César Lima “a alta lucratividade real da Petrobrás decorre, basicamente, dos seus principais “ativos”: reservatórios do Pré-Sal e do Pós-Sal, navios, terminais, dutos, refinarias e corpo técnico altamente qualificado. Assim sendo, é fundamental que os dirigentes da Petrobrás, os auditores externos e seus acionistas tenham uma visão integrada do valor e da sinergia dos ativos da empresa”. Paulo César Lima ainda afirma: “Não é aceitável que se produzam demonstrações contábeis e balanços que, indevidamente, fazem com que a sociedade brasileira passe a acreditar que a Petrobras é inviável, pois isso não é verdade. Os “ativos” da empresa são valiosíssimos e precisam ser preservados, pois foram construídos por essa própria sociedade, a partir de lutas históricas”. ☺



# Desintegração a toque de caixa

Rogério Lessa

**A atual diretoria da Petrobrás vem acelerando radicalmente o plano de venda de ativos (desinvestimentos), iniciado na gestão anterior e ratificado no Plano de Negócios e Gestão da Petróleo Brasileiro S.A. (PNG 2017-2021). O plano prevê a venda de ativos no montante de US\$ 19 bilhões, em um momento em que estão muito desvalorizados.**

O presidente da AEPET, Felipe Coutinho, e o economista José Carlos de Assis, professor da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), produziram estudo demonstrando que existem alternativas soberanas para reduzir o endividamento da Petrobrás sem vender o patrimônio da Companhia, sobretudo ativos estratégicos para a empresa e para o desenvolvimento do Brasil. Para tanto, seria preciso investir US\$ 5 bilhões a mais, quantia esta que seria diluída até 2021, uma alternativa perfeitamente viável, já que a Petrobrás tem uma geração de caixa pujante, produzida inclusive pelos ativos que a atual gestão quer vender a toque de caixa.

“O desinvestimento resultaria numa redução antecipada da dívida, com a alavancagem - relação dívida líquida/geração de caixa após dividendos - caindo de 4,5 para 2,5 até 2018. A meta de redução da alavancagem e seu prazo são arbitrários, embora possam ser apresentadas de forma dogmática”, afirmam os autores. Para eles, trata-se de uma decisão de natureza política e empresarial que é frequentemente elevada à condição de verdade científica ou algo similar a uma revelação divina.

“A partir de parâmetros públicos da Petrobrás, sem vender um único ativo, a alavancagem poderia cair de 4,5 para 3,1 em 2018, indicador inteiramente razoável. A amortização anual da dívida, com recursos de parte da geração de caixa, resultaria na redução da alavancagem para 2,5 em meados de 2021”, calculam.



## DUPLA FACE

Os atuais gestores da Petrobrás são liderados pelo mesmo Pedro Parente que já tentou mudar o nome da empresa para Petrobrax. Parente, no tempo em que presidia a multinacional do agronegócio Bunge, agia pela ação integrada da empresa, cujo slogan é “do campo à mesa”. Na Petrobrás, o gestor trabalha contra a máxima “do poço ao posto”, prometendo retirar a Companhia, por exemplo, do setor de biocombustíveis, enquanto na Bunge, em 2013, sob sua administração, o maior investimento foi justamente na planta de biodiesel de Nova Mutum (MT), que custou R\$ 60 milhões.

A Bunge produz biodiesel na Argentina, EUA e Europa. “E agora ingressamos no mercado do Brasil, que passou a ter regras claras, que per-

mitem a expansão. Com esta ação, damos importante passo estratégico em nossos negócios”, disse Parente na época.

“Enquanto Parente aprova plano de negócios contemplando a venda da participação da Petrobrás em usinas de álcool, a Shell entra pesado nesse mercado”, acrescenta o ex-deputado federal Ricardo Maranhão, lembrando que, em 2010, a multinacional fez aliança com a Cosan, maior processadora de cana-de-açúcar do mundo. “Na ocasião, o então presidente mundial da Shell convocou jornalistas do mundo inteiro para anunciar a *joint venture*. Já o presidente da Shell no Brasil, Vasco Dias, afirmou que o Brasil é hoje o centro da estratégia de biocombustíveis da Shell”, observa Maranhão, que é conselheiro da AEPET.

**“O desinvestimento resultaria numa redução antecipada da dívida, com a alavancagem - relação dívida líquida/geração de caixa após dividendos - caindo de 4,5 para 2,5 até 2018.**

De fato, a Shell, para apostar no etanol brasileiro, abandonou investimentos em energia solar e eólica. A estratégia da parceria é transformar o álcool brasileiro em combustível mundial, utilizando os 40 mil postos da Shell no mundo inteiro, com receita de US\$ 278 bilhões. E o passaporte para a viagem já está carimbado: a agência americana de proteção ambiental classificou o etanol de cana como combustível limpo, com re-

dução de 61% nas emissões de CO<sub>2</sub>, enquanto o etanol de milho reduz em apenas 21%.

“O selo da agência americana abre um mercado de 40 bilhões de litros somente para exportação para os EUA. O presidente da Unica, Marcos Jank, afirmou que, com o selo, o setor ganhou passaporte para o etanol brasileiro no mercado mundial”, frisa o conselheiro da AEPET, acrescentando que, em 2015, o consumo de álcool cresceu 37,5% sobre 2014. No mesmo período, a demanda por gasolina caiu 7,3%.

O presidente da AEPET, Felipe Coutinho, é outro que se opõe veementemente à saída da Petrobrás do setor de biocombustíveis. Para ele, a decisão de desistir da produção de biodiesel e de etanol é um erro que compromete a sustentação empresarial e os compromissos ambientais brasileiros apresentados a COP-21, em Paris. “A participação dos biocombustíveis é cada vez maior na matriz energética brasileira e mundial, o etanol compete com a gasolina, enquanto o biodiesel ocupa o mercado do diesel”, afirma, acrescentando que as multinacionais investem pesado em pesquisa e participam cada vez mais do setor, enquanto os acordos multilaterais impõem restrições às emissões de gases do efeito estufa que são gerados pela queima dos combustíveis fósseis.

“A Petrobras Biocombustível (PBio) é a subsidiária integral que atua na produção de biodiesel e tem parcerias na produção de etanol. A estatal iniciou a produção de biodiesel em 2008 e disputa a liderança do setor com sua produção em unidades próprias e em parceria. Além da relevante participação industrial, a Petrobras desenvolveu tecnologia própria e aplicou inovações para aumento da produção e na redução dos custos industriais”, destaca o presidente da AEPET.

O biodiesel já representa 7% do diesel vendido no Brasil que é o segundo maior produtor mundial, a mistura será elevada para 10% até

### A participação dos biocombustíveis é cada vez maior na matriz energética brasileira e mundial, o etanol compete com a gasolina, enquanto o biodiesel ocupa o mercado do diesel



2019. A revista Biodiesel BR destaca que “A indústria brasileira de biodiesel está se preparando para entrar num novo ciclo de expansão acelerada que, se tudo correr como deve, levará o setor a um nível inteiramente novo de atividade. De volumes pouco inferiores a 325 milhões de litros – média mensal desde a oficialização do B7 –, as usinas precisarão fabricar mais de 510 milhões de litros ao mês a partir da chegada do B10 em março de 2019”.

### ENTREGA DE MONOPÓLIO

Na última Assembleia Geral de Acionistas (AGE), realizada em 30/11/2016, a AEPET se manifestou contrária à venda da malha de gasodutos do Sudeste (NTS), objeto daquela reunião. “Pretende-se vender uma rede de dutos, com mais de dois mil quilômetros, estratégica, que constitui monopólio natural (ninguém vai construir uma malha de gasodutos alternativa para concorrer com ela). O comprador é fundo de investimentos e participações, gerido pela estrangeira Brookfield, antigo grupo canadense Brascan. A Brookfield possui cer-

ca de US\$ 200 bilhões em ativos, sendo US\$ 134 bilhões nos EUA”, frisou a AEPET ao justificar o seu voto, exercendo seu direito de acionista minoritário.

“São ativos nas áreas de infraestrutura, energia renovável, propriedades e ativos financeiros. Há denúncias e processos contra a Brookfield nos EUA e Canadá – por irregularidades. Executivos confessaram haver dado propinas a funcionários da Prefeitura de São Paulo, na busca de ‘facilidades’ no setor imobiliário”, ressalta a justificativa de voto da AEPET, acrescentando que a compradora Brookfield, ex-Brascan, na década de 80, conseguiu vender para a União Nacional a Light e a Eletropaulo, cujas concessões estavam no último ano de vigência, portanto retornariam para a União gratuitamente. “Essa operação ajudou o ex-ministro das Minas e Energia, Shigeaki Weki a comprar uma fazenda no Texas – EUA por US\$ 60 milhões, segundo a Revista alemã Der Spiegel”.

Se a NTS fosse privada, a Petrobrás teria que pagar mais R\$ 2,2 bilhões a ela. O Lucro da NTS é garantido pela Lei do gás - 11.909/2009. “Portanto, a Brookfield terá lucro certo e risco zero, enquanto a Petrobrás correrá riscos altíssimos, ficando a mercê da Brookfield. Se a ANP mudar o marco regulatório a Petrobrás pagará mais caro para integrar a malha NTN devido à distancia maior percorrida”, denuncia a diretoria da AEPET.

Significa que a malha de gasodutos, responsável pelo atendimento a consumidores que representam cerca de 60% da demanda de gás natural, na região mais rica do país, seria alugada à Petrobrás em contrato de teor desconhecido. No futuro, nada impedirá que a malha seja cedida para concorrentes, ficando neste caso a Petrobrás em situação insustentável. Esta operação ameaça a garantia do escoamento do gás natural produzido nas Bacias de Campos e Santos. Poderá dar enorme prejuízo à Petrobrás e ao País.

### RESISTIR É PRECISO

A Petrobrás também colocou à venda a BR Distribuidora, líder em seu segmento, empresa estratégica por levar combustível a locais onde as demais não levam, geradora de fluxo de caixa. “Privatizar e ceder o controle da BR Distribuidora para aumentar o preço da sua venda é transferir valor da Petrobrás e da sociedade brasileira para um agente privado, com sérios riscos à integridade corporativa da Companhia, ao seu fluxo de caixa futuro e à segurança energética do Brasil”, define Felipe Coutinho.

A direção da Companhia está vendendo outros ativos estratégicos para as empresas estrangeiras, como a mexicana Alpek e outras. Também a malha Nordeste de gasodutos está na lista de ativos a alienar. Outro monopólio privado natural, provavelmente estrangeiro.

A AEPET e seus parceiros têm se articulado em outras frentes para resistir a essa estratégia equivocada. Com a colaboração dos petroleiros, entrou, no dia 20 de outubro, com representação no Tribunal de Contas de União (TCU) contra a venda de ativos da Petrobrás. “Toda essa gama de negócios bilionários envolvendo a Petrobras, incluindo a venda do controle da BR Distribuidora, quem tem um faturamento anual na casa de R\$ 100 bilhões, está sendo realizada em absoluta desconformidade com as disposições da Lei 9.491/1997, conhecida como a Lei de Desestatizações”, diz o texto.

Em outra iniciativa, a AEPET apresentou ação junto ao Ministério Público Federal na qual demonstra a incompatibilidade, por conflito de interesses, de Pedro Parente continuar na presidência da Petrobrás.

“O atual presidente está retomando seu projeto de desnacionalização da empresa, iniciado no período Fernando Henrique Cardoso, na década de 1990, quando foram dizimados cinco mil fornecedores brasileiros da Petrobrás”, resume Fernando Siqueira, vice-presidente da AEPET, lembrando que antes de FHC 95% das compras da estatal eram feitas no mercado nacional.



# Petróleo, recurso estratégico em disputa



Fotos: Fernando Alvim



Nos dias 10 e 11 de novembro, o Clube de Engenharia (Rio) promoveu o seminário “O petróleo, o Pré-Sal e a Petrobras”, que reuniu especialistas do setor e um público engajado na defesa do uso das riquezas naturais do Brasil em proveito do desenvolvimento socioeconômico do país.

A AEPET foi representada pelo seu presidente, Felipe Coutinho, e pelo vice Fernando Siqueira, que fizeram palestras úteis para desmistificar conceitos equivocados em relação ao futuro do petróleo e à gestão do endividamento da Petrobrás.

Felipe Coutinho frisou que a defesa da Companhia e de seu corpo técnico não é algo meramente corporativo, mas tem como objetivo o uso da renda petroléira em favor do povo brasileiro. Lembrando que nenhum país se desenvolveu exportando petróleo, ele ponderou que existe correlação entre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das nações e o consumo *per capita* de energia.

“Para chegar ao nível da Noruega, o Brasil precisaria quintuplicar o consumo de petróleo”, contabiliza. “Por esta razão, entre outras, a exportação de petróleo só será uma alternativa interessante para o país se estiver submetida a um projeto de desenvolvimento nacional.”

Com relação à gestão da dívida da Petrobrás, Coutinho reiterou posição da AEPET, que está baseada em estudo desenvolvido por ele e pelo economista e professor José Carlos de Assis (ver, nesta edição, matéria Venda de ativos compromete futuro da Petrobrás).

O presidente da AEPET defendeu também uma menor exposição da Petrobrás ao risco cambial e às oscilações do petróleo no mercado mundial, muito influenciadas pela ação geopolítica das grandes potências.

“O planejamento recente (2011) era extremamente vulnerável à variação dos preços do petróleo. Vimos que recentemente, influenciados pela perspectiva de aumento da taxa de juros nos EUA, os preços do petróleo caíram e o real também se desvalorizou”, argumentou. Para o





presidente da AEPET, “enquanto existirem os petrodólares e o dólar for a moeda de referência isto não vai mudar”.

Coutinho, no entanto, avalia que o Brasil pode gerir melhor este risco. “O planejamento deve preservar ao máximo a exposição a moedas estrangeiras”, resumiu.

Já o vice-presidente Fernando Siqueira enfatizou que a queda dos preços do petróleo é fruto também da ação conjunta de Estados Uni-

dos e Arábia Saudita visando ao enfraquecimento dos Brics (grupo formado pelos maiores países emergentes, Brasil, Rússia, China e África do Sul), que estão colocando a supremacia do dólar em xeque ao formarem um banco de desenvolvimento próprio e planejarem a criação de uma moeda alternativa.

“O petróleo continua a ser o mineral mais estratégico do mundo”, resumiu Siqueira.



## PRÉ-SAL ESTRATÉGICO

Entre as principais conclusões e recomendações do seminário, que contou com palestras do ex-diretor da Petrobrás, Guilherme Estrella, e do físico professor da Coppe/UFRJ Luiz Pinguelli Rosa, entre outros, o Clube de Engenharia destaca:

- A era do petróleo está longe de terminar. A título de exemplo o carvão, que impulsionou a revolução industrial no século 19, ainda ocupa posição de relevo na matriz energética mundial. Por mais que se desenvolvam energias limpas, o atendimento à demanda não permite que se prescindam dos combustíveis fósseis.
- Nesse contexto, o Brasil ocupa uma posição singular, pois além de dispor de notável potencial hidrelétrico por explorar, com a descoberta do Pré-Sal adquiriu condições de alcançar a autonomia energética nas próximas décadas.
- O Brasil, hoje uma das 10 maiores economias do mundo, necessita de um projeto nacional que permita que a utilização dos recursos naturais de que dispõe seja feita em benefício do seu próprio povo.
- O Pré-Sal, maior descoberta de petróleo e de gás do planeta nos últimos 30 anos, é estratégico para o desenvolvimento brasileiro. Sua



exploração deve atender prioritariamente às demandas da economia brasileira.

- A Petrobrás, símbolo do orgulho nacional brasileiro, não deve abandonar o seu papel, construído ao longo dos seus 60 anos de história, de ser âncora do desenvolvimento industrial brasileiro, responsável por uma cadeia de mais de 5.000 fornecedores, nacionais e estrangeiros, e por cerca de 800.000 empregos, diretos e indiretos. Para tanto, deve continuar a ser uma petroleira integrada, produtora de petróleo e de gás, de derivados e de petroquímicos, e de insumos para fertilizantes, e distribuidora daquilo que produz.

Não atende ao interesse nacional reduzi-la à condição de mera produtora de petróleo bruto e de gás.

- A Petrobrás endividou-se mais do que as congêneres nos últimos anos porque foi a única dentre elas que descobriu petróleo, o Pré-Sal. Comparar resultados financeiros sem atentar às circunstâncias enseja a adoção de medidas que contrariam os interesses dos seus acionistas, a União em primeiro lugar, mas também os demais, nacionais e estrangeiros. Assim, a redução da atual alavancagem para padrão similar à das congêneres deve ser alongada para 2020, ao invés de 2018, tal como proposto pelo Pla-

no de Negócios em vigor, uma vez que a produção crescente do Pré-Sal repercutirá positivamente no caixa da empresa. Mais ainda, os desinvestimentos em curso, promovidos a toque de caixa, em conjuntura desfavorável para a indústria de petróleo, não devem prejudicar irremediavelmente o caráter integrado da empresa. A vender, que se venda os ativos que a empresa tem no exterior, e não os que atendem à nossa economia. Sob esta ótica é incompreensível que a Petrobrás tenha se desfeito de Carcará, por preço vil, para em seguida anunciar ao mercado que vai investir 1 bilhão de dólares na Bolívia.

- Finalmente, o papel estratégico da Petrobrás no desenvolvimento industrial do Brasil exige que ela mantenha o domínio da engenharia, na contramão do que vem fazendo desde que o seu Serviço de Engenharia (SEGEN) foi desmantelado em 1998, e mais recentemente, do seu Centro de Pesquisas, o CENPES, adotando terceirização suicida, mais e mais no exterior, em detrimento da capacidade técnica aqui instalada. A defesa do conteúdo local não é corporativa, está vinculada ao projeto do país que queremos: soberano, desenvolvido e socialmente inclusivo.

**A** velocidade com que se quer implantar a agenda neoliberal não tem precedentes no país, nem mesmo durante os 8 anos do governo FHC. E tudo sem discussão com a sociedade e contando com o apoio incondicional da mídia hegemônica, fiadora e, às vezes, proponente das políticas de arrocho fiscal.

O assombro causado com a proposta de reforma da Previdência só se faz ouvir nas mídias alternativas. Estudos importantes que revelam uma outra realidade na Previdência, como a tese de doutorado de Denise Gentil, que destrói os mitos oficiais que encobrem a realidade da Previdência Social no Brasil. Em primeiro lugar, uma gigantesca farsa contábil transforma em déficit o superávit do sistema previdenciário, que atingiu a cifra de R\$ 1,2 bilhões em 2006, segundo a economista. Tudo isto é posto de lado e assume-se uma visão única e estreita. Assim, corremos o risco de ter que aceitar 49 anos de contribuição para se atingir uma aposentadoria minimamente decente.

Por outro lado, a PEC 55, que trata do “teto dos gastos públicos” representa sérios e reais riscos às áreas de saúde e educação, com o desmonte do SUS e do ensino público gratuito. Leia abaixo uma análise da PEC 55 e seus impactos.

# Pec 55 e reforma da Previdência



Economista Denise Gentil

**A PEC contraria a tendência mundial de revisão das políticas de austeridade fiscal dos governos, apontadas como uma causa importante da estagnação das economias desde 2008**

causa da acumulação de reservas cambiais, da significativa queda da arrecadação nos anos recentes em consequência da recessão e das desonerações fiscais e do aumento dos gastos com o pagamento dos juros da dívida pública. A última despesa passou de 500 bilhões de reais em 2015, cerca de 8% do PIB. O problema não está, portanto, no lado dos gastos, mas no das receitas.

*A PEC contribuiria para o crescimento econômico?*

A contenção de gastos imposta pela PEC deverá provocar a paralisação ou redução dos investimentos públicos em infraestrutura, educação e saúde por duas décadas e isso não ajuda na retomada da economia. Ao contrário, poderá agravar a situação.

*Qual será o principal efeito sobre a sociedade no caso de aprovação da PEC 55?*

O resultado mais importante será uma redução significativa nos gastos com educação e saúde, os únicos da proposta que exigem uma mudança da Constituição. Haverá grande impacto sobre a parcela mais pobre da população e estímulo aos negócios privados nas duas áreas.

*O que diz a Constituição em relação aos gastos com a saúde e a educação?*

A Constituição em vigor determina que ao menos 18% da Receita Líquida de Impostos (RLI) do governo federal devem ser gastos obrigatoriamente em educação. Na saúde, o mínimo é 15% da Receita Corrente Líquida (RCL), porcentual a ser alcançado gradualmente até 2020.

A obrigatoriedade de aplicações iguais ou superiores a

esses percentuais é considerada indispensável para combater a profunda desigualdade de acesso à saúde e à educação no País.

*O que acontecerá com a destinação das verbas se a PEC passar?*

Os valores aplicados em 2016 correspondem a 15% da RCL em saúde e 23% da RLI em educação. Em 2017, os percentuais serão 18% e 15%, respectivamente. A partir de 2018, as duas áreas terão como pisos os valores mínimos do ano anterior, reajustados só pela inflação.

Hoje o aumento dos gastos acompanha o crescimento da receita, quase sempre superior à inflação. A conclusão é que o valor mínimo destinado à educação e saúde cairá como proporção das receitas de impostos e também em relação ao PIB, com grave prejuízo para a população de menor renda.

*O que diz o governo?*

Segundo o governo, a PEC 55 não prejudica a saúde e a educação, pois seu único objetivo é promover maior realismo orçamentário. Ela não congela os gastos reais com saúde e educação, dizem as autoridades, só estabelece que, para aumentá-los, será necessário diminuir os gastos reais em outros itens do Orçamento.

Mas se é assim, por que a proposta contém um artigo específico que prevê a redução dos atuais mínimos constitucionais de gastos com saúde e educação? Isso, os defensores da PEC 55 não explicam.

*A PEC 55 é uma proposta moderna? Outros países adotaram medida semelhante?*

A proposta é atrasada, por vários motivos. Não há outro país com uma regra semelhante válida por duas décadas. Limites para o crescimen-

to de despesas são fixados para alguns anos e têm por base o comportamento do PIB, que é o que faz sentido.

Além disso, a PEC contraria a tendência mundial de revisão das políticas de austeridade fiscal dos governos, apontadas como uma causa importante da estagnação das economias desde 2008.

O governo diz que a medida é necessária por causa do descontrole dos gastos primários do governo em 2014 e 2015, que estaria na origem do aumento da dívida pública nesses anos.

Isso não é verdade. Na última década, o Brasil só teve déficit primário nos últimos dois anos.

*Se o gasto primário não é a principal causa do aumento da dívida pública, qual é a explicação?*

A dívida pública cresceu por

*Quais alternativas poderiam ser adotadas?*

A principal delas é o aumento dos impostos sobre os ricos. Nesse campo, o Brasil está muito atrasado. A partir de 2008, 21 dos 34 países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico aumentaram a tributação dos mais ricos.

Os Estados Unidos elevaram as alíquotas máximas do Imposto de Renda daquela camada e o Chile tomou medida semelhante em 2013, para financiar a educação. O Brasil é um dos poucos lugares onde não se toca no tema.

Para os super-ricos daqui, com renda média de 4 milhões de reais, dois terços dos seus ganhos, compostos de lucros e dividendos, são isentos e um quarto está aplicado no mercado financeiro com alíquotas, em média, entre 16% e 17%.

(Fonte: Carta Capital)